

## ANEXO I – PROBLEMAS LEVANTADOS

PROBLEMA LEVANTADO	POSSÍVEL SOLUÇÃO	agrupamento por solução	CONSIDERAÇÕES	ASSUNTO
Insegurança em relação a autorização, principalmente em relação as áreas alvo de partilha,	planta com representação espacial do requerimento em relação a propriedade	Padronização da planta de situação	Inserir no programa RELIC	AUTORIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO SOLO
Falta de definição sobre quem é o superficiário	Definir quem pode autorizar a atividade minerária de forma explícita (posseiros, assentados, arrendatário)	Descrição da autorização do proprietário	Consulta a PFE	LICENÇA MUNICIPAL
A prioridade entrar por duas vias, protocolização e via licença municipal (se protocolado 30 dias após a emissão da licença)	Compatibilizar com a prioridade dos outros regimes	não tem solução que pode ser feita pelo AIR	Não tem solução que pode ser feita pelo AIR	DIREITO DE PRIORIDADE
Licença municipal sem padrões	Documento padrão disponível para a prefeitura buscar	Padronização da Licença Municipal	Inserção de dados estruturados no sistema RELIC	LICENÇA MUNICIPAL
Indefinição de qual a autoridade do município que pode assinar a licença	Determinar quem assina a licença	Padronização da Licença Municipal	Aumenta a rigidez sobre a aceitação da licença, é conflitante com a prerrogativa do Prefeito de autorizar sua representação	LICENÇA MUNICIPAL
Prazo de vigência do título atrelado aos prazos das autorizações das prefeituras e superficiários; precariedade dos títulos e insegurança para o minerador	A Licença Municipal ter um prazo mínimo e máximo, sob pena de não ser Registrada pela ANM	Padronização da Licença Municipal	Determinado por LEI, podemos fazer a discussão, mas não faz parte do que o GT pode alterar	LICENÇA MUNICIPAL
Prazo de vigência do título atrelado aos prazos das autorizações das prefeituras e superficiários; precariedade dos títulos e insegurança para o minerador	As licenças continuam a ter prazo definido pelas prefeituras e superficiários, porém o prazo da ANM não se relacionar a essas autorizações e sim a questões técnicas, dessa forma licença da prefeitura e autorização do superficiário passam a ter o mesmo regimento da Licença Ambiental	Padronização da Licença Municipal	Determinado por LEI, podemos fazer a discussão, mas não faz parte do que o GT pode alterar	PRAZO DE VIGÊNCIA
Extinção da Licença Municipal ou do proprietário	Dar oportunidade para o titular fazer a mudança de regime quando uma autorização for retirada	Reformular mudança de regime	Modificar a Legislação para fornecer prazo para a mudança de regime quando da extinção das autorizações, e permitir a busca pela concessão de lavra	LICENÇA MUNICIPAL
Mudança de regime limitada a vigência do título de alvará	Permitir a mudança de regime a qualquer tempo	Reformular mudança de regime	Modificar a Legislação para permitir a mudança de regime para além da vigência do Alvará, até a finalização da análise do requerimento de lavra	MUDANÇA DE REGIME
CNPJ e Certidão	não pedir o documento em si, e sim os dados necessários para que possamos fazer a consulta desses documentos	Revisão dos documentos apresentados conforme desburocratização	Inserir no programa RELIC a integração com o sistema de dados minerários, onde já existe integração com a Receita Federal	REQUERIMENTO ELETRÔNICO
Prazo de análise dos requerimentos	Fazer o licenciamento por adesão ao cumprimento às normas reguladoras da mineração, após a classificação por níveis de risco	Padronização de PAE	Criação de sistema com análise automática e declaração de aderência às normas	REQUERIMENTO ELETRÔNICO

Falta de sanções eficazes no regime, por ausência de PAE	Regulamentação de sanções para o Licenciamento (modificar a 6567)	não tem solução que pode ser feita pelo AIR	Matriz de risco para apresentação de PAE, possibilitando a aplicação de sanções a empreendimentos que tragam maior risco caso descumpram as normas	SANÇÕES
Áreas exclusivas para licenciamento	Permitir licenciamento com anuência do titular do direito anterior	não tem solução que pode ser feita pelo AIR	Vedação legal pelos artigos 11 e 18 do Código de Mineração	DIREITO DE PRIORIDADE
Dar segurança em relação ao art. 10 - cancelamento por produção insuficiente	Regulamentar as causas do cancelamento, dando segurança ao técnico e transparência para caracterizar o abandono da jazida	Definir parâmetros para o cancelamento do título	Tema relacionado a atividade de fiscalização, não cabe ao Grupo de trabalho de outorga	EXTINÇÃO DO TÍTULO
falta de critérios para a extinção e renúncia do título no quesito fechamento da mina	Os Art. relacionados ao licenciamento na Portaria DNPM 155/2016 não tratam do PFM.	Modificar a redação do art. 189	Solucionado pela Resolução ANM 68/2021	EXTINÇÃO DO TÍTULO
Aditamento de novas substâncias ou novo uso para a substância já licenciada dentro das substâncias previstas no rol do Art. 1º da Lei 6567/78	Dispositivo legal específico que possa tratar o tema, considerando possíveis alterações no PAE, conforme novos métodos de produção, mudança de capacidade instalada em planta, etc. Quando não houver mudanças significativas, bastaria uma comunicação em RAL, conforme proposta na Portaria ANM 70.507/2017. Necessidade de apresentação de nova licença específica municipal considerando a nova substância, observando prazos do título já outorgado.	requerimento eletrônico	inserir fluxo de aditamento no RELIC	ADITAMENTO DE NOVAS SUBSTÂNCIAS PREVISTAS NO ROL DO ART 1º DA LEI 6567/78
Indeferimento da prorrogação do registro por perda de prazo das licenças ou exigências é uma sanção muito rígida, considerando que provavelmente já há um empreendimento no local	Multa para a não apresentação dos documentos no prazo, em caso de reincidência, indeferimento.	Modificar prorrogação de Licenciamento	Apesar de rígida a regra mantém o ordenamento e evita a existência de títulos não autorizados pela autoridade municipal e proprietário do solo	PRORROGAÇÃO
arquivamento da autorização de pesquisa na mudança de regime	possibilidade de que em se mudando de regime de AUT para LICENCIAMENTO, mantermos o processo de AUT/REQ ativo, da forma que acontece ao contrário LICEN x AUT.PESQ/PLG.	reformular mudança de regime	alterar na Portaria 155/2016	MUDANÇA DE REGIME
Prazo de análise da prorrogação de registro	Prorrogação automática do Registro de Licença pela ANM	requerimento eletrônico	Criação de sistema com análise automática, otimiza a análise e evita prorrogações automáticas sem análise de documentos	PRORROGAÇÃO